

O POVO NOVO DE SÃO MIGUEL E A ESTÂNCIA DE SÃO PEDRO: FORMAÇÃO, DINÂMICA E DISSOLUÇÃO

THE POVO NOVO OF SÃO MIGUEL AND THE ESTÂNCIA OF SÃO PEDRO: FORMATION, DYNAMICS, AND DISSOLUTION

Luís Henrique Balk Chagas¹

Telmo Brugali Flores²

RESUMO

O presente estudo analisa a formação, o desenvolvimento e a dissolução do denominado Povo Novo de São Miguel, núcleo missionário guarani estabelecido ao sul do rio Ibicuí-Mirim na década de 1750, no contexto das transformações desencadeadas pelo Tratado de Madrid (1750). Utilizando fontes documentais e cartográficas, o estudo define seu foco principal: analisar este assentamento como uma estratégia jesuítico-guarani de resistência e adaptação, demonstrando sua intrínseca articulação com a formação da Estância de São Pedro. O trabalho examina como as pressões das comissões demarcadoras ibéricas e os conflitos internos inviabilizaram a continuidade do povoado, culminando na sua dissolução. São analisados também os indícios relativos à localização aproximada do povoado, ainda que a ausência de vestígios materiais impeça, até o momento, sua identificação arqueológica precisa. Por fim, discute-se o destino dos habitantes desses estabelecimentos após sua derrocada, destacando-se os deslocamentos para outras reduções e para áreas de estâncias missionárias tardias, inserindo-os no debate sobre a retração e reconfiguração do território missionário.

Palavras-chave: Povo Novo de São Miguel. Missões jesuíticas. Guaranis. Estância de São Pedro. Demarcação de fronteiras.

ABSTRACT

The present study analyzes the formation, development, and dissolution of the so-called Povo Novo de São Miguel, a Guarani missionary settlement established south of the Ibicuí-Mirim River in the 1750s, within the context of the transformations triggered by the Treaty of Madrid

1 Bacharel em Direito pela Universidade Franciscana (UFN) (2025) e advogado. Desenvolve pesquisas nas áreas de genealogia e micro-história, com foco nos contextos regionais do Rio Grande do Sul, especialmente entre os séculos XVIII e XIX. É integrante do grupo de pesquisa Grande Projeto Missões, dedicando-se ao estudo da história missionária e da micro-história da região central do Rio Grande do Sul. É autor de três livros e coautor de outras obras.

2 Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Santa Maria (1975). É integrante do grupo de pesquisa Grande Projeto Missões, desenvolvendo pesquisas sobre a história das Missões, com ênfase na região central do Rio Grande do Sul e na micro-história regional. É autor de três livros e coautor de outras obras.

(1750). Using documentary and cartographic sources, the study defines its main focus: analyzing this settlement as a Jesuit-Guarani strategy of resistance and adaptation, demonstrating its intrinsic articulation with the formation of the *Estância de São Pedro*. The work examines how the pressures from the Iberian boundary commissions and internal conflicts made the continuity of the village unfeasible, culminating in its dissolution. Evidence regarding the approximate location of the village is also analyzed, although the absence of material remains currently prevents its precise archaeological identification. Finally, it discusses the fate of the inhabitants of these establishments after their downfall, highlighting the displacements to other reductions and to areas of late missionary *estâncias*, inserting them into the debate on the retraction and reconfiguration of the missionary territory.

Keywords: Povo Novo de São Miguel. Jesuit missions. Guarani. *Estância de São Pedro*. Border demarcation.

INTRODUÇÃO

A chamada Primeira Fase Missioneira, no território que atualmente corresponde ao Rio Grande do Sul, foi interrompida nos anos que se seguiram aos primeiros ataques bandeirantes, iniciados a partir de 1636, conforme apontado por Tau Golin (2022). Nesse contexto, as estruturas reducionistas foram abandonadas, e os rebanhos de gado vacum, ainda incipientes, ficaram dispersos pelo território então denominado Tape. Parte das populações que permaneceram na região passou a manejar e conduzir esses animais.

Cerca de quatro décadas mais tarde, as populações que haviam se deslocado para a banda ocidental do rio Uruguai retornaram à região hoje conhecida como Missões, no Rio Grande do Sul, dando início ao que a historiografia convencionou denominar Segunda Fase Missioneira, a partir de 1682. Esse novo período não se limitou à reconstrução das reduções em outras áreas, mas implicou também a intensificação da exploração dos ervais e da pecuária, por meio da organização de grandes *estâncias*, que passaram a constituir a base econômica do território.

A formação dessas *estâncias* esteve diretamente relacionada àquela introdução dos primeiros animais de origem europeia no território do Tape, por volta de 1634, ainda durante a Primeira Fase missioneira (Menezes, 2024). Embora inicialmente em número reduzido, esses rebanhos encontraram condições ambientais excepcionalmente favoráveis à sua proliferação. As reduções da Primeira Fase estavam situadas em uma faixa latitudinal incrustada nas primeiras dobras da Serra Geral, área caracterizada pela abundância de cursos d'água, pelo relevo que funcionava como barreira natural, pela fartura de pastagens, solo com minerais atrativos aos bovinos, bem como a inexistência de qualquer controle de reprodução ou predador dos. Quando os povos missioneiros retornaram ao território que

hoje corresponde ao Rio Grande do Sul, depararam-se com um numeroso rebanho bovino, disperso pelas antigas terras do Tape e praticamente sem manejo. Essa circunstância favoreceu a organização sistemática da exploração pecuária, conduzida por meio da criação de estâncias e de postos destinados à administração dessa atividade.

Foi nesse contexto material, estruturado pela articulação entre redução e estância, que se desenvolveram os principais processos históricos responsáveis pela formação dos chamados Povos Novos.

1 FORMAÇÃO DO POVO NOVO DE SÃO MIGUEL

As disposições impostas pelo Tratado de Madri desencadearam profunda instabilidade entre as comunidades missioneiras. Diante da perspectiva de deslocamentos compulsórios, da ameaça de levantes e da possibilidade de desarticulação de um modo de vida consolidado ao longo de mais de um século, as lideranças indígenas e jesuíticas foram compelidas a adotar estratégias de adaptação. Entre essas estratégias destacaram-se os movimentos migratórios em larga escala e a fundação de novos núcleos populacionais ao sul da linha do Rio Ibicuí, em áreas pertencentes às grandes estâncias missioneiras.

Nesse contexto formou-se o que viria a ser conhecido como Povo Novo de São Miguel, também referido como São Miguel Novo, entre outras variações toponímicas. O povoado foi estabelecido na margem sul do rio Ibicuí-Mirim, no atual município de Cacequi, nas proximidades da localidade hoje denominada São Lucas, em meados da década de 1750, após a assinatura do Tratado de Madrid. O assentamento estava inserido no território da grande Estância de São Miguel, conforme explorou Tau Golin (2026). A grande Estância de São Miguel compreendia a extensão total das terras do respectivo povoado voltadas à pecuária. Esse amplo território apresentava-se fragmentado em estâncias menores, providas de postos de controle territorial e de manejo animal, contando algumas dessas subunidades, inclusive, com a presença de capelas.

Sua formação reuniu migrantes provenientes das reduções de São Miguel Arcanjo e São Nicolau, que anteriormente haviam estado instalados em São Xavier, conforme registrado por Pastells (1949, p. 337). Sua criação constituiu uma tentativa concreta, por parte dos jesuítas e das lideranças missioneiras, de preservar a organização social, econômica e religiosa típica das missões, em um contexto de crescente instabilidade territorial.

Paralelamente à formação do Povo Novo de São Miguel, surgiram outros povoados de natureza semelhante, entre os quais se destacam o Povo Novo de São Nicolau, localizado no atual município de Rosário do Sul, e o

Povo de Santo Antônio Novo, estabelecido no território correspondente ao atual município de Lavras do Sul, entre os arroios Jaguari e Taquarembó, em uma localidade ainda hoje conhecida como Santo Antônio, notável pela abundância de indícios materiais.

No que tange ao Povo Novo de São Miguel, os vestígios de sua existência restringem-se, até o presente, a fontes documentais escritas e registros cartográficos, não havendo, até o momento, evidências materiais identificadas em campo.

A primeira referência cartográfica conhecida encontra-se no mapa intitulado *Terrarum S. Michaelis Oppidi Americae Meridionalis in Provincia olim Tape dicta, trans Flumen Uruguayi siti, cum adjacentibus simul aliorum oppidorum terris & vicinia Lusitanorum, accurata descriptio*, e apesar de não conter assinatura, é atribuído a Tadeo Henis (Barcelos, 2025). Elaborado entre 1754 e 1756, o documento apresenta uma menção singela ao conflito do Caiboaté, representado por um discreto desenho de uma espada. Em razão desse detalhe, considera-se que o mapa possa ter sido concluído após o conflito, por volta de 1756, ou então produzido pouco antes, com a anotação acrescida posteriormente.

Imagem 1 – Recorte do mapa atribuído a Tadeo Henis



Fonte: Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc (1756).

O referido mapa encontra-se digitalizado e disponível para consulta no sítio eletrônico da Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc.

Durante o período de estabelecimento do povoado, a coordenação e o gerenciamento estiveram a cargo do padre Miguel de Soto. Nascido em Madri, em 1718, destacou-se por sua atuação nas atividades pecuárias jesuíticas. Conforme aponta Quarleri (2009), encontrava-se no posto de São Xavier em fevereiro de 1756³, situado na região compreendida entre os rios Toropi e Jaguari.

Para a adequada compreensão de sua atuação à frente do Povo Novo de São Miguel, mostra-se pertinente considerar sua reconhecida familiaridade com as lides campeiras, aspecto que ajuda a explicar sua designação para funções de gestão em um contexto fortemente dependente da pecuária. Nesse sentido, uma descrição particularmente expressiva é fornecida por Bernardo Ibáñez de Echevarrí, ainda que deva ser analisada com cautela, tendo em vista o caráter crítico de sua produção em relação à Companhia de Jesus.

Descreve Echevarrí (1770, p. 6):

In effetto il P. Michele de Soto, ornato di nastri e trine, con lunghi sproni, e con una nobile cintura, la cui scienza consiste in governare una mandra di vacche, e correr dietro a uma, che si sia sbrancata, e ricondurla alla mandra, e la cui propensione è tutta volta al campo, e alli armenti, quando mai se gli offerirà cosa, o impiego diverso, in questi popoli da quello, al quale l'hanno destinato?⁴

O autor descreve Soto como alguém adornado de fitas e rendas, com longas esporas e um cinto nobre, cuja “ciência” se resumiria a governar um rebanho de vacas e a correr atrás daquelas que se desgarravam, reconduzindo-as ao restante, e cuja propensão é inteiramente voltada ao campo e aos rebanhos.

Ainda Ibáñez de Echevarrí, em *Colección general de documentos tocantes a la persecución que los regulares de la Compañía en el Paraguay*, volta a descrever

3 “Carta de Valentín Ibaringua a José Tiarayú, corregidor de San Miguel. San Javier, 5 de febrero de 1756”, Madrid, Archivo Histórico Nacional, Sección Estado, Legajo 4798/2, documento 346.

4 Com efeito, o P. Miguel de Soto, ornado de fitas e rendas, com longas esporas, e com um nobre cinto, cuja ciência consiste em governar uma manada de vacas, e correr atrás de uma que se tenha desgarrado, e reconduzi-la à manada, e cuja propensão é toda voltada ao campo e aos rebanhos, quando jamais lhe será oferecida coisa, ou emprego diverso, nestes povos, daquele ao qual o destinaram?” (Tradução).

que Soto, por suas vestes e armas, mais parecia um bandoleiro, comparando-o a Francisco Estevan, personagem de uma peça teatral espanhola do século XVIII intitulada *Comedia famosa: El más temido andaluz y guapo Francisco Estevan*:

En el desierto de la Horquesta del Ibicuy apareció impen-sadamente el Padre Miguel de Soto, de modo que en traje, armas y lo demás parecía un bandolero, ó el guapo Francisco Estevan. Dexemos, pues, de esperar de estos Aposteles tan bizarros, interesados y regalones, la Reducción del Chaco para Christo y para el Rey, y practiquese para esto aquel mismo medio que ellos, con todo genero de sofismas, han tirado á desacreditar socolor de Religion, que es su gran capa (Echevarrí, 1770, p 232).

Apesar do tom caricatural e possivelmente exagerado dessas descrições, elas evidenciam, ainda que de forma indireta, o forte vínculo de Soto com o universo pastoril. Tal característica não apenas reforça sua adequação à função exercida, como também encontra respaldo em práticas concretas atribuídas ao religioso. Há registro, por exemplo, de uma estratégia por ele adotada que consistiu no depósito de gado entre os rios Toropi e Ibicuí-Mirim, na área correspondente ao atual município de São Pedro do Sul, mais especificamente no rincão conhecido como Chiniquá. Embora situada na margem oposta e, portanto, fora dos limites do Povo Novo de São Miguel, essa iniciativa visava garantir a subsistência do núcleo em formação ao sul do rio, além de reforçar a ocupação missioneira do território (Pastells, 1949, p. 491).

2 A GÊNESE DA ESTÂNCIA DE SÃO PEDRO E SUA ARTICULAÇÃO COM O POVO NOVO DE SÃO MIGUEL

Essa ação do padre Miguel de Soto, de depositar gado entre os rios Toropi e Ibicuí-Mirim, com a finalidade de assegurar a subsistência do Povo Novo de São Miguel, pode ser indício de outro processo igualmente relevante: a formação da Estância de São Pedro. No âmbito da organização territorial missioneira, as grandes estâncias, como a vasta Estância de São Miguel, subdividiavam-se em estabelecimentos menores, destinados a atender funções específicas de produção, controle, administração e de resguardo das áreas.

O mapa atribuído a Tadeo Henis também constitui o primeiro registro cartográfico conhecido a indicar a existência do estabelecimento de São Pedro. Nele, o local é assinalado com a inscrição “S. Pedro”, acompanhada da legenda *pagi minores cum sacellis* (“pequeno povoado com capela”), o que

sugere a presença de um núcleo de reduzida dimensão, porém dotado de estrutura religiosa. A menção cartográfica articula-se diretamente com a existência do Povo Novo de São Miguel, não apenas em razão da proximidade geográfica entre ambos, mas sobretudo pelo papel que a Estância de São Pedro parece ter desempenhado como base de sustentação do povoado. Nesse sentido, é plausível supor que a estância estivesse em seu próprio momento de formação quando passou a cumprir essa função de suporte.

Observa-se, entretanto, a existência de um hiato documental significativo. Apenas três anos após o mapeamento atribuído a Henis, José Custódio de Sá e Faria não faz qualquer menção à Estância de São Pedro, nem em seu relatório escrito relativo à demarcação, publicado no tomo VII da *Colleção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas que Vivem nos Dominios Portuguezes ou lhes são Visinhas*, nem nos mapas por ele elaborados em 1759, atualmente conservados no Archivo General de Simancas. O topônimo volta a aparecer somente em um mapa demarcatório de 1777.⁵ Justamente porque foi anulado o Tratado de Madri e as reduções retomaram seu curso.

A continuidade da ocupação do sítio, contudo, é confirmada em 1787, quando o matemático português José de Saldanha (1938), atuando como demarcador do Tratado de Santo Ildefonso, ao percorrer a região, descreve detalhadamente o estabelecimento em seu diário de reconhecimento:

De duas partes constou o reconhecimento deste dia; a primeira foi por uma ponta de coxilha, de terreno de baixas colinas, até a várzea do Rio Ibicuí-mirim, galho do Toropi, onde acampamos, junto da sua costa meridional, e do seu Passo de São Miguel-miri, nome que toma do Posto do mesmo título, e da Estância de S. Pedro, que está logo do outro lado (Saldanha, 1938, p. 248).

A passagem mencionada por Saldanha faz referência a um passo denominado São Miguel Mirí, cujo nome deriva de um posto localizado na margem oposta do rio, isto é, na área compreendida entre os rios Toropi e Ibicuí-Mirim, pertencente à Estância de São Pedro. Essa informação encontra respaldo na análise dos mapas elaborados por José Varela y Ulloa, datados de 1788. Em um desses documentos cartográficos, o local aparece explicitamente identificado como “Posto de São Miguel Miri”, em conso-

5 Plano corografico de los reconocimientos pertenecientes a la demarcacion del Art. 8o. del Trato. Preliminar de Limites de 11 de octe. de 1777 practicados por las segundas subdivisiones española y portuguesa en orden a desatar los dudas suscitadas entre sus respectivos comissários.

nância direta com o relato de Saldanha, enquanto em outro o mesmo ponto é designado como “Posto Chico de São Miguel”, evidenciando variações toponímicas aplicadas a um mesmo local estratégico do território.

Em 25 de março de 1787, ao descrever o reconhecimento da área, Saldanha registra em seu diário a existência de ranchos na Estância de São Pedro, os quais podem ser interpretados como postos vinculados à estrutura produtiva e territorial do estabelecimento, possivelmente correspondentes às casas que, anos antes, Henis descrevera como um povo.

Registra Saldanha (1938):

A segunda parte foi feita escoteiramente pelo Rincão da Estância de S. Pedro, até o mais alto de uma coxilha limpa de mato que principiando na Forqueta do Ybicuy-miri, com o Toropi, pelo lado interior segue até adentrar na Serra do Monte Grande. Da Estância de S. Pedro do Sul da Serra. Esta Fazenda, que igualmente pertence ao Povo de São Miguel, é de uma figura quase triangular, cuja base assenta sobre o Rio Ybicuy-miri, desde a sua embocadura até cousa de duas léguas e meia mais acima, e neste espaço acompanhado pela sua margem septentrional de uma várzea de largura de meia légua, plana, baixa e algum tanto pantanosa. Pelo lado ocidental continua o Toropi até entrar na Serra, por terreno dobrado, à exceção das primeiras duas milhas no canto interno da sua forqueta com o Ybicuy-miri, depois do que estão situados os ranchos, ou casas da Estância, já nas lombas, e cousa de meia milha a leste do mesmo Rio Toropi, o qual tem pouco mais acima o passo também chamado de S. Pedro, que dá trânsito desta para a Fazenda de S. Vicente, e dali pela Picada de S. Tiago (Saldanha, 1938, p. 249).

A descrição também apresenta informações sobre as delimitações da área sob domínio do estabelecimento, mencionando ainda o Passo de São Pedro, conectado à Fazenda de São Vicente e à Picada de São Tiago (ou Picada de São Xavier).

Apesar das dificuldades impostas pelas condições naturais, como terrenos pantanosos e relevos acidentados, observa-se a existência de uma malha de picadas e estradas. O próprio Saldanha assinala a presença de vias internas que conectavam diferentes pontos da estância:

O lado oriental é verdadeiramente atalhado por pontas de coxilhas coroadas de arvoredo que baixam da Serra ao Sul até terminarem no Ybicuy-miri; contudo consta haver nela uma picada e estrada para outro posto desta Estância, que

se acha mais a leste, e de que adiante trataremos, assim como da Serra do Monte Grande, que neste lugar serve de alta e dobrada muralha pela banda do Norte, não deixando que esta Estância tenha mais de duas léguas de comprimento. Do que resulta não se poder aumentar em criações este estabelecimento, aliás bem fechado, e faltando-lhe o pasto preciso para o sustento dos animais (Saldanha, 1938, p. 249).

Já no início do século XIX, conforme registrado por Romeu Beltrão (1930), em 15 de dezembro de 1802, Manoel dos Santos Pedroso, então tenente de milícias e participante do assalto à guarda de São Martinho, bem como das incursões às Missões em 1801, recebeu resposta a um requerimento encaminhado ao tenente-corregedor do povo de São Miguel, Antônio José de Castro. Na ocasião, foi informado de que os campos do Rincão de São Pedro se encontravam devolutos, isto é, sem proprietário detentor de título concedido pela Coroa portuguesa. Manoel e seus irmãos, Antônio e Salvador, já utilizavam a área para a invernar gado, com a anuência dos comandantes locais, e buscavam regularizar a posse legal das terras, o que não lograram obter até então em razão de seus compromissos com o Real Serviço. Posteriormente, obtiveram a concessão da área por despacho do sargento-mor Joaquim Félix da Fonseca.

Relatos posteriores indicam que os irmãos Pedroso nunca chegaram a residir na estância. Em 1815, parte das antigas sesmarias do Chiniquá foi adquirida por Manoel Antônio Teixeira, casado com Ignácia Maria Xavier Cezar, marcando uma nova etapa de ocupação da região.

Ao longo desse processo, consolidou-se a denominação “Rincão de São Pedro” para a área. O Passo do Toropi, originalmente conhecido como Passo de São Pedro, passou posteriormente a ser chamado de Passo do Cezar, em referência à família que assumiu as terras adjacentes. Enquanto o passo no rio Ibicuí-Mirim era denominado, no século XVIII, Passo de São Miguel Mirí, nome derivado do posto vinculado à Estância de São Pedro, também referido na cartografia como Posto Chico de São Miguel. No início do século XIX, esse último passo passou a ser conhecido como Passo de São Lucas, possivelmente em razão da estância de igual nome estabelecida no lado de Cacequi, a qual foi registrada por Auguste de Saint-Hilaire por ocasião de sua passagem pelo local, em abril de 1821 (Chagas; Flores, 2025).

3 A POSIÇÃO DO POVO NOVO DE SÃO MIGUEL FRENTE ÀS DEMARCAÇÕES E À GEOGRAFIA

Retomando a análise do Povo Novo de São Miguel, conforme resgatado por Neumann (2013), em 29 de setembro de 1757 foi registrado um bi-

lhete redigido em língua guarani por Hilário Yrama. Naquele período, ele e outros indígenas provenientes das Reduções estavam estabelecidos no Povo Novo. Yrama encaminha a mensagem às autoridades de São Miguel, buscando informar aos membros do Cabildo e caciques sobre os problemas enfrentados por seu grupo. Relata que têm sido constantemente molestados pelos espanhóis em sua permanência no Povo, destacando a desconfiança em relação a eles e a dificuldade de convivência.

Num segundo bilhete, enviado cerca de dois meses após o primeiro, Hilario Yrama adota um tom mais conciliador, ao mesmo tempo em que relata outro desentendimento, mas entre os próprios indígenas. Essa nova mensagem foi dirigida ao oficial espanhol Francisco Bruno de Zavala e apresenta um forte teor de retratação. Nela, Yrama manifesta o desejo de reatar o diálogo com as autoridades espanholas e, em seguida, denuncia atos de violência praticados por indígenas de outras reduções.

Ao denunciar o comportamento hostil de certas lideranças indígenas, que acabavam vitimando outros companheiros, ele expunha as divergências existentes entre os próprios Guarani nas estâncias missioneiras, evidenciando a dificuldade de manter a convivência entre os indígenas fora do espaço urbano das reduções. O conteúdo da carta indica ainda que os conflitos nas estâncias iam além das disputas entre indígenas missioneiros. Envolviam também confrontos com os chamados “yarós” (ou “infiéis”), motivados por disputas por animais e represálias contra famílias Guaranis.

Segundo Yrama, os embates teriam sido provocados pelo roubo de vacas e cavalos, resultando inclusive na morte de alguns indígenas. Ele menciona que os animais tomados estavam originalmente reservados a um dito “Marqués”, provavelmente se tratando do Marquês de Valdelírios, e que, em razão dessas perdas, seria impossível cumprir a promessa de envio dos cavalos. De acordo com o relato, os animais já haviam sido levados por indígenas de Santo Ângelo.

No primeiro bilhete, prevalecia uma postura de desconfiança em relação aos espanhóis. Já a segunda carta, direcionada a um militar do exército espanhol, adota um tom respeitoso e de reconhecimento da autoridade hispânica. Essa mudança de atitude parece estar ligada à percepção de que os conflitos com os ditos infiéis exigiam intervenção externa, uma vez que a permanência fora do núcleo urbano das reduções tornava-se cada vez mais insustentável, conforme observa Neumann (2013).

Em maio de 1759, o engenheiro militar e cartógrafo português José Custódio de Sá e Faria encontrava-se acampado na confluência dos rios Ibi-
cuí Grande e Santa Maria, com vistas à resolução de questões demarcató-

rias decorrentes do Tratado de Madri.⁶ Naquele período, o Povo Novo de São Miguel já se mostrava próspero às margens do Ibicuí-Mirim, sob administração jesuítica e habitado por Guaranis oriundos das Missões.

No dia 25 de maio de 1759, Custódio partiu num grupo de quatro homens (2 comissários e 2 geógrafos), em direção ao povoado situado a cerca de nove léguas a leste do acampamento. O objetivo era explorar o curso do rio Ibicuí até aquele ponto, já que o trecho que alcança a nascente do Ibicuí-Mirim já havia sido vistoriado em expedição anterior. O grupo deixou o acampamento às 9h15 da manhã e chegou ao povoado ao anoitecer, consumindo aproximadamente 10 horas de viagem. Considerando as paradas necessárias para alimentação, tomada de notas e reorganização da carga, pode-se supor que a marcha efetiva tenha durado cerca de 7 horas. Em razão das adversidades do caminho, das passagens de sangas que, como viria a relatar mais tarde Saldanha, eram povoadas por muitos répteis, bem como da inexistência de estrada consolidada no trajeto e da necessidade de cumprir o percurso da forma mais célere possível, é bastante provável que a marcha tenha sido feita a cavalo.

Para o retorno, planejavam embarcar em uma balsa no ponto do rio mais próximo do Povo do Ibicuí-Mirim, ou seja, no trecho em que a distância entre o povoado e o curso do rio era menor. Entretanto, pelo risco de que galhos e troncos dificultassem a navegação, os padres e indígenas recomendaram que a partida ocorresse a partir da confluência dos rios Toropi e Ibicuí-Mirim, onde se forma o atual Ibicuí. No dia 26 de maio, levaram canoas até esse ponto, identificado também como Forquilha. Após uma marcha de aproximadamente 40 minutos, improvisaram uma balsa sobre duas pequenas canoas e seguiram descendo o atual Ibicuí até alcançar o acampamento situado na foz do rio Santa Maria.

O tempo de marcha de 40 minutos sugere uma distância de, aproximadamente, 1 légua. Tendo em vista que hoje se sabe haver aproximadamente essa distância entre a confluência e o Passo de São Lucas, pode-se afirmar que o Povo Novo de São Miguel não estava localizado muito distante desse ponto. Admitindo-se o uso de tração animal no deslocamento entre o povoado e a confluência, é possível estimar a distância com margem de segurança. Se em 7 a 9 horas de marcha foram vencidas cerca de 9 léguas, em dois terços de hora, ou seja, aproximadamente 40 minutos, teriam percorrido em torno de 1 légua, o que corresponde à distância entre o Povo Novo de São Miguel e a confluência dos rios Toropi e Ibicuí-Mirim:

6 Os trechos do diário de José Custódio podem ser encontrados em: *Collecção de noticias para a historia e geografia das Nações Ultramarinas*, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas : publicada pela Academia Real das Sciencias (Tomo VII).

Dia 25 de Maio. Enquanto em este campo se formaram ranchos, para desenhar com mais comodidade, em eles os planos, tanto o da configuração do terreno em disputa, como o da demarcação, e os diários por onde conste individualmente o que havemos operado. Saímos neste dia deste acampamento os dois Comissários, com os dois Geógrafos em direitura ao novo povo de S. Miguel, que distava 9 léguas para a parte de Leste deste acampamento, para averiguar pessoalmente o resto do curso do braço do Ibicuy, que baixa do monte grande, e que havíamos examinado nos princípios do mês de abril deste ano, desde a sua origem até às imediações deste povo, como acima fica dito; e havendo saído às 9¼ horas e um quarto da manhã, chegamos de noite ao dito povo.

Dia 26. Não pudemos sair do povo, porque a balsa em que devíamos seguir pelo rio abaixo, podia encontrar embaraços de ramos até chegar à forquilha, que forma o Toropi com este Ibicuy-mini, que está perto do dito povo, e porque disseram os padres, e os Índios que era melhor que a dita balsa se fosse a formar em a mesma Forquilha destes dois rios, o que assim se executou, gastando-se este dia em conduzir ao dito sítio as canoas.

Dia 27. Saímos do povo às 7 horas e meia da manhã, e marchando 40 minutos ao rumo do Oeste, chegamos à Forquilha; convindo os dois Comissários ser o rio Toropi mais caudaloso que o Ibicuy-mini, os quais dois rios tínhamos à vista, e nos embarcámos em a balsa, e navegamos rio abaixo desde as 9 horas e meia da manhã, até as 4¾ da tarde, em que tomamos porto para passar a noite (Academia Real das Sciencias, 1841, p. 110).

Os trajetos percorridos e os conhecimentos reunidos por Custódio foram posteriormente incorporados a mapas da época. Nesses documentos, o Povo Novo de São Miguel aparece claramente identificado. Dois desses mapas, possivelmente os mais relevantes, não apenas indicam os demais “Povos Novos”, como também incluem pequenos esboços da disposição das edificações de cada um, o que ressalta a semelhança da organização dessas comunidades com as reduções.

O referido esboço planifica, possivelmente, a capela, voltada para uma praça central, de formato retangular. Anexas às laterais do que pode ser a igreja, observam-se indicações de construções alongadas, provavelmente destinadas à residência dos padres ou a demais dependências administrativas. Atrás dessas construções anexas, há indicação de uma área cercada, o que possivelmente pode corresponder a um cemitério, pomares ou hortas, ou ainda a currais/encerros para animais. As casas estão dispostas em fileiras paralelas e alinhadas, formando quarteirões regulares ao redor da praça. São moradias padronizadas, de mesmo tamanho.

Imagem 3 - Representação melhorada por IA de como poderia ter sido o Povo Novo de S. Miguel, com base nos conhecimentos consolidados sobre a disposição das edificações no contexto missioneiro e tomando por base a pequena gravura contida no mapa *Demostracion del Rio Ibicuy y de los brazos que lo forman*.



Fonte: Gemini.

O Povo Novo de São Miguel é mencionado, também, nos mapas que acompanham as observações feitas por Blasco durante a primeira demarcação, realizada em 1758.

Quanto à localização do estabelecimento, cartas trocadas entre Miguel de Soto, então estabelecido no Povo Novo de São Miguel em abril de 1758, e Juan de Echeverría, espanhol que havia sido capitão de fragata e comissário principal da Primeira Partida da Espanha no contexto da missão demarcadora nos Campos de São Lucas, levantadas por Ganson (2003), indicam que a distância entre esses campos e o Povo Novo correspondia a aproximadamente um dia de viagem. Cabe destacar que os mencionados Campos de São Lucas não se referem à região de Cacequi, mas sim à área atualmente conhecida como Boca do Monte, no atual município de Santa Maria. Com base nesse tempo de deslocamento, seria possível alcançar, em um dia, um povoado na região da atual Dilermando de Aguiar, tranquilamente. Mas, também, com mais esforço, se poderia chegar ao local que Custódio, um ano depois, assinalaria como sendo onde se situava o Povo, no

ângulo do Ibicuí-mirim com o Ibicuí-guaçu.

Na mesma ocasião em que se percebeu a estratégia de Soto, de manter o gado entre os rios Toropi e Ibicuí-Mirim, também foi registrado e, posteriormente, resgatado por Pastells (1912), que o Padre Juan Francisco Garrió estava encarregado de implementar o povoado, para o qual o gado estocado por Soto serviria. Garrió assumiu a liderança na construção de ranchos, casas, estabelecimentos e uma capela, com a clara intenção de criar um assentamento duradouro, voltado para a permanência. Isso reforça a tese de que se tratava de uma vila organizada e agrupada, desqualificando a hipótese menor de uma população dispersa.

Ademais, uma correspondência datada de 7 de outubro de 1758, remetida pelo governador de Buenos Aires, Don Pedro de Ceballos, ao primeiro-ministro espanhol, Don Ricardo Wall, aponta que o povoamento abrigava cerca de 2.500 habitantes naquele período (Pastells, 1912).

Na ocasião de maio de 1759, Custódio relata ter recebido recomendações sobre o local ideal para a instalação da balsa por parte de alguns indígenas e padres. Miguel de Soto estava no Povo Novo em abril de 1758 e, como não há registros de sua localização entre essa data e sua expulsão em 1768 é bastante plausível que estivesse entre os sacerdotes residentes no local. Assim, é possível que tenha sido um dos religiosos com quem Custódio e os outros três expedicionários se encontraram.

Uma das controvérsias mais significativas surgidas durante os desafios impostos pelo Tratado ocorreu quando o padre Tadeo Henis foi detido pelos espanhóis em São Lourenço e, posteriormente, permaneceu preso por alguns dias com os portugueses, em 1756, em São João. Embora tenha sido tratado com cortesia, seus pertences foram revistados, e entre eles foi encontrado o mapa *Terrarum S. Michaelis* [...]. Durante esse período, o mapa foi apresentado a Miguel de Blasco e José Custódio, que realizaram uma cópia, acrescentando informações fornecidas por Henis.

O Tratado de Madrid determinava que a linha divisória entre os reinos deveria seguir o curso do rio Ibicuí até sua nascente, mas o texto do tratado não especificava claramente qual nascente deveria ser considerada. O mapa de Henis indicava que o atual Rio Santa Maria era, na verdade, o Ibicuí-Guaçu. Essa interpretação favorecia os portugueses, pois colocava todo o território a leste do atual Santa Maria sob domínio do Reino de Portugal.

Isso deu início a intensos debates e a novas expedições demarcadoras. Os portugueses sustentavam que o Ibicuí nascia na nascente-mãe do atual Santa Maria, sendo o seu curso integral o atual Santa Maria e da sua foz no Ibicuí, percorrendo até a barra deste no rio Uruguai. Já os espanhóis defendiam que o rio deveria ter sua nascente na Serra do Monte Grande, se-

guindo o curso natural das águas, e que, portanto, a linha divisória deveria passar pelas cabeceiras do Ibicuí-Mirim, continuando até a foz do Ibicuí no rio Uruguai, interpretação que também poderia ser respaldada pelo mapa de Henis.

Um dos receios que seriam manifestados por Portugal, além da suspeita de que a Espanha estaria deliberadamente atrasando os procedimentos da demarcação, era o de que os indígenas do Povo Novo pudessem atacar os portugueses que viessem a se estabelecer na margem norte do Ibicuí-Mirim. Essa preocupação foi expressa em uma carta enviada por Valdelírios a Ceballos em 9 de janeiro de 1759 (Pastells, 1949).

Uma carta datada de 6 de setembro de 1759, enviada de São Borja por Ceballos a Ricardo Wall, aborda, entre outros temas, a translação dos indígenas estabelecidos no povo. Ao que se percebe, Ceballos foi encarregado de executar essa mudança, a qual ainda não havia ocorrido à época da carta. O documento indica que os indígenas estavam aborrecidos devido a duas mudanças consecutivas e à perturbação causada pelos portugueses, e que muitos haviam partido para terras portuguesas a leste por conta disso. Acrescenta ainda que a presença das duas partidas demarcadoras, que pararam no Posto de Santa Catarina, a aproximadamente três léguas do povoado, provocou ainda mais receio entre os habitantes.

No mesmo relato, menciona-se que Echevarría preveniu Valdelírios para que as partidas evitassem o povoamento durante os trabalhos. Apesar disso, os portugueses teriam levado continuamente “índios, índias e crianças”, com tamanha ousadia que, em uma ocasião, os principais indígenas do povo foram recolher um número de pessoas que os portugueses haviam ocultado em um monte (termo que no espanhol também pode significar mato) próximo ao Posto de Santa Catarina. Paralelamente, uma tropa armada portuguesa interceptou os indígenas e os conduziu a Rio Pardo, sem que o Marquês de Valdelírios ou Dom Juan de Echevarría, presentes na região com suas tropas de escolta, intervissem.

A indolência de Valdelírios e Echevarría é novamente destacada por Ceballos, que relata que ambos permaneceram inertes enquanto os portugueses levavam todo o gado que desejavam. A proximidade do povoado também favoreceu que os portugueses se aproximassem e espalhassem boatos prejudiciais entre os habitantes sobre o destino deles diante das negociações.

Os portugueses desejavam a retirada dos indígenas para o território a leste, em locais como Rio Pardo e suas imediações. Se os espanhóis insistissem em mais uma mudança, havia o risco de que a maior parte dos nativos desertasse e se dirigisse aos portugueses. Caso o povoado fosse

abandonado, os portugueses ficariam livres para levar mais de meio milhão de cabeças de gado existentes na região, como já haviam feito em outros locais (San Luis, San Lorenzo, San Juan). Por essas razões, Ceballos decidiu suspender a mudança dos indígenas, uma vez que realizá-la imediatamente equivaleria a entregar vantagem aos portugueses: perder povoadores e gado. Segundo ele, se fosse vontade do rei, os guaranis poderiam deixar o povoado em menos de quinze dias, mas não via sentido em apressar o processo.

Pouco tempo depois, em cartas trocadas entre Don Pedro de Ceballos e o Marquês de Valdelírios, datadas de novembro e dezembro de 1759, manteve-se o entendimento de setembro, de que a permanência do povoado representava um obstáculo para os trabalhos da comissão encarregada da demarcação de fronteiras. José Custódio de Sá e Faria, que visitou o local em maio, foi um dos críticos dessa situação. Houve, inclusive, acusações contra o padre Tadeo Henis, responsabilizado pelas autoridades da demarcação como causador de confusão em relação aos limites do rio Ibicuí e incentivador da resistência indígena.

Em 1761, o Tratado de Madrid foi revogado por Carlos III, e os critérios para a definição da fronteira seriam posteriormente alterados pelo tratado de São Ildefonso, de 1777. É possível que a decadência do Povo tenha se iniciado a partir de 1760, em decorrência da evasão de seus habitantes indígenas, dos quais uma parte retornou às Reduções, enquanto outra parcela se dispersou por diferentes áreas.

Em 8 de abril de 1763, com base em autorização concedida por Gomes Freire de Andrade, embora já falecido àquela data, foi fundada a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, no local onde atualmente se encontra o município de Gravataí. A história desse estabelecimento é narrada no livro *Os Índios da Aldeia dos Anjos* (AHRS, 1990), que apresenta uma relação com cerca de 412 nomes de indígenas que haviam estado no Povo Novo de São Miguel e foram posteriormente transferidos para a região de Gravataí. O livro também informa que o povo esteve sob a liderança de Don Paycá, que residia ali com sua família e posteriormente passou a ser conhecido pelo nome lusófono Mariano Coutinho. Todos os indígenas realocados receberam nomes lusos.

Graças aos meios de pesquisa atuais, foi possível identificar algumas gerações de descendentes diretos de Paycá, especialmente pelo ramo de seu filho Romualdo, que se casou em 28 de novembro de 1781 com Francisca Antônia de Jesus, na Aldeia dos Anjos, deixando extensa prole.

Presume-se também que parte dos moradores do povo tenha sido encaminhada para a Redução de São João, acompanhados do jesuíta Miguel

de Soto, uma das lideranças do local, que provavelmente permaneceu lá até a expulsão da Companhia de Jesus em 1768. É muito possível que outra parte dos indígenas tenha se deslocado para os territórios correspondentes aos atuais municípios de São Vicente do Sul e Mata.

Em 1783, no conjunto de documentos cartográficos intitulado *Mapas Particulares extrahidos da carta da capitania do Rio Grande de S. Pedro e suas circunvizinhanças athe o rio da Prata*, elaborado por Francisco Roscio com base em anotações realizadas entre 1774 e 1778, ainda é possível observar a indicação do Povo Novo de São Miguel em um dos mapas anexos, apesar de o povo já ter se dissipado.

Em 1787, José de Saldanha, ao passar pela região, registra em seu diário o nome do Passo de São Miguel Mirí, denominação remetendo ao posto localizado na margem oposta, entre os rios Toropi e Ibicuí-Mirim (São Pedro do Sul). No mesmo sentido, é cabível a análise dos mapas elaborados por José Varela y Ulloa. Um desses mapas indica o “Posto de São Miguel Mirí”, em consonância com o registro de Saldanha, enquanto outro o nomeia como “Posto Chico de São Miguel”, o que também se alinha a um mapa da mesma época, de autor desconhecido. Ressalte-se, contudo, que em todos esses casos aparece como “Posto”, vinculado à Estância de São Pedro, sem qualquer menção direta ao “Povo” Novo de São Miguel, outrora situado na margem sul do Ibicuí Mirim. Por isso, é presumível que o povo ali já não existisse mais nesse período.

Um dos mapas de Ulloa, contudo, assinala a existência de um “Povo de São Miguel Mirí”, situado no atual município de São Vicente do Sul, na área compreendida entre o rio Jaguari, o arroio Jacaré, o Cerro São Miguel e o atual perímetro urbano hoje. Essa anotação encontra respaldo no mapa de autor desconhecido, produzido na mesma época e já anteriormente mencionado. Além disso, também há uma menção expressa a um povoado com esse nome em carta datada de 28 de dezembro de 1762, escrita pelo padre Joseph Cardiel ao padre Nicolás Contucci. Nela é relatado que o local se tratava de um novo assentamento destinado aos miguelistas, possivelmente incluindo aqueles provenientes do chamado Povo Novo. É importante observar a distinção: em São Pedro, tratava-se de um posto; em São Vicente, era identificado como povo.

Cabe acrescentar que, até a década de 1860, persistia no município de São Vicente do Sul uma localidade com a denominação de São Miguel Mirim, conforme atesta o registro de uma carta de alforria concedida a Maria por João Victorino dos Santos, escrava recebida por legítima de seu irmão, Joaquim Victorino Coimbra (Scherer; Rocha, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do Povo Novo de São Miguel revela a complexa dinâmica de resistência e adaptação das lideranças jesuíticas e indígenas frente às disposições impostas pelo Tratado de Madrid. Longe de ser um mero agrupamento disperso, sua formação na margem sul do rio Ibicuí-Mirim representou uma tentativa de preservar a organização social, econômica e religiosa típica das reduções, em um período marcado pela desestruturação territorial.

A sustentação desse núcleo esteve intrinsecamente ligada com a gênese da Estância de São Pedro. A atuação do padre Miguel de Soto, que demonstrou domínio na gestão de rebanhos para garantir a subsistência do povoado em formação, evidencia a dependência vital da pecuária nesse contexto. Ademais, o estabelecimento esteve no centro das disputas cartográficas e demarcatórias entre as coroas ibéricas, figurando em mapas atribuídos a Tadeo Henis e fomentando controvérsias sobre as nascentes do rio Ibicuí e os limites de domínio.

Contudo, a viabilidade do Povo Novo foi minada por contínuas pressões externas e tensões internas. Os conflitos com indígenas não missioneiros, o assédio das tropas portuguesas e as disputas documentadas entre os próprios guaranis nas estâncias tornaram a manutenção do assentamento fora do espaço urbano reducional cada vez mais insustentável. A subsequente revogação do Tratado de Madri precipitou a decadência do núcleo e a diáspora de seus habitantes. Parte dessa população retornou a antigas reduções, como São João, ao passo que centenas de outros indígenas foram realocados para a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, no atual município de Gravataí, ou se dispersaram por áreas adjacentes.

Com o avanço dos domínios lusos, o território missioneiro passou a se retrair, tornando-se cada vez mais concentrado e confinado. Não se tratava mais de um território formalmente delimitado como nas décadas anteriores, mas de uma região formada por estâncias e pequenos núcleos ligados às missões tardias, posteriores à expulsão dos jesuítas, em 1768. Na área de São Vicente do Sul e Mata, concentrou-se um número significativo de postos e agrupamentos missioneiros. Por esse motivo, pode-se considerar essa região como o último reduto, ainda que nunca oficialmente reconhecido, de um território missioneiro, quase como uma Terceira fase, cuja existência se encerrou em 1821, com a venda da Estância de São Vicente pelos próprios guaranis.

Quanto ao Povo Novo de São Miguel, apesar das exaustivas pesquisas de campo realizadas na região que se acredita ter abrigado o assentamento, até o momento não foi possível identificar com certeza sua loca-

lização exata. Trata-se de uma área de campos do bioma Pampa, ou seja, um território espaçado e de relevo copioso. Os vestígios buscados para a identificação incluem alterações antropogênicas na topografia, produtos cerâmicos produzidos e trazidos pelos guaranis, como utensílios ou telhas, materiais metálicos, rochosos ou ósseos, assim como registros da tradição oral. No entanto, nenhum desses traços foi identificado até agora, provavelmente porque, passados mais de dois séculos e meio, pelo menos 80% dos vestígios remanescentes foram consumidos pela voracidade do tempo. Essa ausência de cultura material ratifica, por fim, a importância crucial da documentação escrita e cartográfica para a compreensão e reconstrução deste núcleo que, embora efêmero, desempenhou um papel central nas estratégias de sobrevivência missioneira.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. *Colleção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portugueses, ou lhes são visinhas*. Tomo VII. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1841.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). *Os índios d'Aldeia dos Anjos*: Gravataí, século XVIII. Porto Alegre: EST Edições, 1990.
- BARCELOS, Artur Henrique; FURTADO, Júnia Ferreira. O Terrarum S. Michaelis do padre Tadeu Henis: um mapa missioneiro e seus cartógrafos Guarani. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 32, p. 1-54, 2025. DOI: 10.11606/1982-02672024v32e36. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/227506>. Acesso em: 31 mar. 2026.
- BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930*. 3. ed. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM. 776 p.
- CHAGAS, Luís Balk; FLORES, Telmo Brugali. *De passo a passo*. 2. ed. Santa Maria: Rio das Letras, 2025.
- ECHEVARRI, Bernardo Ibañez de. *Regno gesuitico del Paraguay dimonstrato co'documenti piu classici de' medesimi Padri della compagnia, i quali confessano, e mostrano ad evidenza la regia sovranità del R.P. Ggenerale con independenza, e con odio verso la Spagna*. Anno 1760. Lisboa: Stamperia Reale, 1770.
- ECHEVARRI, Bernardo Ibañez de. In HENIS, Padre Tadeo. *Colección general de documentos tocantes a la persecución que los regulares de la Compañía en el Paraguay*: Contiene el Reino Jesuítico del Paraguay, por siglo y medio

- negado y oculto, hoy demostrado y descubierto [...] Va añadido el Diario de la Guerra de los Guaranies. Madri, Espanha: Imprenta Real de la Gazeta, 1770.
- GANSON, Barbara Anne. *The Guarani under Spanish rule in the Río de la Plata*. Stanford: Stanford university press: 2003.
- GOLIN, Tau. *A fronteira: mateando os ervais dos povos indígenas - história da erva-mate e do chimarrão*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2022. Vol. 4, Tomo 1.
- GOLIN, Tau. *A fronteira 5: os Povos de Índios das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul (Brasil) e na República Oriental do Uruguai: a territorialidade e a Guerra Guaranítica (1750 – 1756)*. Passo Fundo: Méritos, 2026. v. 5, tomo 1.
- MENEZES, Moisés de. *San José de Itaquaty: Estância de São Pedro do Sul da Serra*. Santa Maria: Editora Rio das Letras, 2024.
- NEUMANN, Eduardo S. Documentos escritos por indígenas: as duas mensagens de Hilário Yrama (1757). *Corpus: Archivos virtuales de la alteridad americana*, v. 3, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/corpusarchivos/346>. Acesso em: 31 mar. 2026.
- PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Tomo VIII. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, 1949.
- QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- SALDANHA, José de. Diário resumido do dr. José de Saldanha. In. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LI. Rio De Janeiro: M. E. S. - Serviço Gráfico, 1938.
- SCHERER, Jovani Scherer; ROCHA, Márcia M. (coords.). *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CO-RAG, 2006.

Recebido em: 28/01/2026

Aceito em: 21/05/2026